

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 MAIO DE 2016 A ABRIL DE 2017

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>260.244.703,09</b>	<b>2.728.154,69</b>	<b>262.972.857,78</b>
Pessoal Ativo	203.817.836,98	2.499.525,96	206.317.362,94
Pessoal Inativo e Pensionistas	56.426.866,11	228.628,73	56.655.494,84
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	<b>51.006.413,46</b>	<b>591.264,75</b>	<b>51.597.678,21</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	1.100.567,62	591.264,75	1.691.832,37
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	49.905.845,84	0,00	49.905.845,84
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>209.238.289,63</b>	<b>2.136.889,94</b>	<b>211.375.179,57</b>

**APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL**

<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	<b>718.531.431.019,48</b>		
<b>% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100</b>	<b>0,029120%</b>	<b>0,000297%</b>	<b>0,029418%</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - &lt;%&gt;</b>	<b>0,057479%</b>		<b>413.004.681,24</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - &lt;%&gt;</b>	<b>0,054605%</b>		<b>392.354.447,17</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - &lt;%&gt;</b>	<b>0,051731%</b>		<b>371.704.213,11</b>

Fonte: Tesouro Gerencial/SIAFI

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
  - . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.
- 2) Despesas com Precatórios da Administração Direta: Despesas Liquidadas de R\$ 98.485,00 sem Despesas Inscritas em Restos a Pagar Não Processados.
  - 3) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV): Despesas Liquidadas R\$ 4.589.896,33 sem Despesas Inscritas em Restos a Pagar Não Processados.
  - 4) Despesas com Precatórios da Administração Indireta: Despesas Liquidadas de R\$ 3.133.291,06 e Despesas Inscritas em Restos a Pagar Não Processados de R\$ 52.461,00
  - 5) Os Limites de Gastos com Pessoal de que tratam o art. 20, I, "b" e § 1º, e art. 22, Parágrafo único, da Lei Compl. n.º 101/2000, foram estipulados conforme Ato Conjunto TST/CSJT n.º 30, de 26 de agosto de 2013, alterado pelo Ato Conjunto TST/CSJT n.º 12, de 1º de julho de 2015.

SHIKOU SADAHIRO  
 DESEMBARGADOR PRESIDENTE

LELIO LOPES FERREIRA JUNIOR  
 DIRETOR GERAL DAS SECRETARIAS

WHANDER JEFFSON DA SILVA COSTA  
 DIRETOR DO SERVIÇO DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

RAIMUNDA TAMAR SOUZA DA ROCHA  
 SECRETÁRIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS